

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.521.494 - PE (2019/0169042-4)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : BRN DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA EM
RECUPERACAO JUDICIAL
AGRAVANTE : SNS AUTOMOVEIS LTDA
ADVOGADOS : RAFAEL BERTACHINI MOREIRA JACINTO - SP235654
ALINE DEDA MACHADO SANTANA - BA018830
ADVOGADA : RENATA MOQUILLAZA DA ROCHA MARTINS E OUTRO(S)
- SP291997
AGRAVADO : KERIMA TARGINO LINS
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO LEAL AGUIAR SILVA - PE025696D

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais e compensação por danos morais em fase de cumprimento de sentença.
2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
3. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
4. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por BRN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e SNS AUTOMÓVEIS LTDA., contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 02/01/2019.

Concluso ao gabinete em: 20/08/2019.

Ação: obrigação de fazer, em fase de cumprimento de sentença, cumulada com indenização pelos danos materiais e compensação pelos danos morais, ajuizada por KERIMA TARGINO LINS, em face das agravantes. Alega que adquiriu junto às agravantes o veículo JAC J2 1.4, mediante pagamento à vista, no valor de R\$ 33.000,00. Aduz que desde o momento da entrega,

Superior Tribunal de Justiça

quando já se percebeu defeito na calha de vedação do vidro traseiro direito, o veículo retornou à concessionária para manutenção corretiva 04 (quatro) vezes. Sustenta que em laudo técnico emitido por um especialista, contratado pela própria agravada, constatou-se risco na utilização do veículo por falta de operação dos freios. Informa que enviou notificações às agravantes solicitando providências para a troca do veículo e não obteve resposta.

Decisão interlocutória: fixou o valor das astreintes em R\$ 402.000,00 (quatrocentos e dois mil reais).

Acórdão: negou provimento ao Agravo de Instrumento interposto pelas agravantes, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASTREINTES. REVISÃO DA MULTA COMINATÓRIA. MONTANTE VENCIDO. IMPOSSIBILIDADE. TERMO FINAL DA MULTA FIXADA. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA.

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INOCORRÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO.

1. O comando do art. 537, §1º, do CPC/15, aplicável de imediato aos processos em curso, limita a atuação do magistrado às penalidades pecuniárias vincendas, razão pela qual extrapola a lei a decisão judicial que, na vigência do atual Código Processual, minora o valor da multa vencida;

2. A sentença de mérito ratificou a tutela antecipada deferida, confirmando seus termos e valores, de modo a fazer incluir em seu corpo aquilo que ficou decidido na decisão que antecipou a tutela pretendida, não fazendo qualquer referência ao termo final da obrigação, ressaltando, inclusive, que a obrigação ainda não tinha sido cumprida, de modo que permanecia a incidência das astreintes fixadas;

3. Assim, considera-se encerrada a contagem do prazo na data requerida pela parte credora em sua petição, a qual se manifestou pela data de encerramento a do trânsito em julgado, uma vez que o Acórdão manteve a integralidade da sentença;

4. Por tratar-se de medida de aplicação excepcional e não se ajustando ao caso concreto, afasto a condenação por litigância de má-fé;

5. Verba honorária já fixada no limite legal quando da prolação da sentença, não podendo o Tribunal majorar os honorários sucumbenciais acima do permitido;

6. Recurso improvido. (e-STJ fl. 662/663)

Recurso especial: alegam violação do art. 537, § 1º, I, do

CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Sustentam que as astreintes vencidas podem ser revistas por não incidir a coisa julgada material, de modo que a sua revisão pode ser efetivada em qualquer tempo e grau de jurisdição. Aduzem que mesmo diante da nova norma processual não há limitação para a revisão das astreintes. Afirmam que as astreintes conferem às decisões judiciais maior efetividade, no entanto, o montante fixado implicará enriquecimento sem causa da agravada, o que subverte a função desse instituto.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Do reexame de fatos e provas

Na hipótese dos autos, o valor da multa diária foi inicialmente fixado em R\$ 1.000,00 (um mil reais), no caso de descumprimento de obrigação de fazer consistente na troca do veículo defeituoso por outro de igual marca, ano e modelo.

Ao analisar a questão, o TJ/PE assim se manifestou:

Dessa forma, o termo final das astreintes deve coincidir com o efetivo cumprimento da obrigação ou a comprovação de justa causa para o descumprimento.

In casu, percebe-se que o termo inicial da multa é o dia 11.05.2015 (primeiro dia de descumprimento da liminar), sendo tal ponto incontroverso, devendo ser fixado o seu termo final.

A sentença de mérito ratificou a tutela antecipada deferida, confirmando seus termos e valores, de modo a fazer incluir em seu corpo aquilo que ficou decidido na decisão que antecipou a tutela pretendida, não fazendo qualquer referência ao termo final da obrigação, ressaltando, inclusive, que a obrigação ainda não tinha sido cumprida, de modo que permanecia a incidência das astreintes fixadas.

É importante lembrar que a autora suportou o ônus imposto na sentença com a entrega do veículo sem qualquer ressarcimento por parte das empresas rés, o que só ocorreu após a audiência de conciliação, ocorrida em março de 2017, quando já havia o trânsito em julgado da sentença, em 17/06/2016, tendo em vista o julgamento do recurso de apelação interposto pelas rés.

Assim, comungo com o entendimento do magistrado a quo, considerando encerrada a contagem desse prazo na data requerida pela parte credora em sua petição, a qual se manifestou pela data de encerramento a do trânsito em julgado (17.06.2016), uma vez que o Acórdão manteve a integralidade da sentença (processo nº 0426264-2).

Sob esse prisma, é de se considerar que o valor da multa diária, a princípio, não era abusivo. No entanto, até a prolação da sentença, como restou cosignado no acórdão recorrido, não havia sido cumprido o comando do juízo, que em sede de antecipação de tutela conferiu a agravada o direito de ter o bem objeto da discussão trocado por outro, fato esse que gerou o descumprimento da obrigação, por partes das agravantes, no período compreendido entre 11.05.2015 e 17.06.2016.

Assim, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere a manutenção do valor das astreintes, considerando-se o lapso temporal ensejador do descumprimento da obrigação por partes das agravantes, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 1029, §1º do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários fixados anteriormente, porquanto já atingido o limite máximo previsto no art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

